

Entre Currais e Campos de Concentração: Heterotopias das Zonas de Confinamento em Textualidades da Seca de 1932 no Ceará

Daniel Macêdo

Doutorando em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da CAPES e integrante do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência.
E-mail: daniel.3macedo@gmail.com

Resumo: A partir dos fluxos migratórios de sertanejos aos centros urbanos, que caracterizam significações particulares à Seca de 1932, foram retomadas zonas de confinamento para cercar o livre trânsito de flagelados. Ora nomeadas por campos de concentração nos documentos oficiais, ora chamadas por currais em designações dos civis e dos retirantes, os espaços de confinamento adornam-se de significados distintos em conjunto com os textos que os elaboram. Nesse sentido, este artigo mobiliza textualizações testemunhais sobre os acontecimentos citados a fim de discutir as proposições de sentidos em que essas palavras se enredam como desígnios ao espaço e aos contextos de vida nele possíveis; e, com isso, firmam-se como heterotopias das relações com a seca.

Palavras-chave: campo de concentração, curral, seca, textualidade, heterotopia.

Entre corrales y campos de concentración: heterotopías de zonas de confinamiento en textualidades de la sequía de 1932 en Ceará

Resumen: Desde los flujos migratorios de los *sertanejos* a los centros urbanos que caracterizan los significados particulares de la sequía de 1932, se restablecieron zonas de confinamiento para restringir la libre circulación de los afectados. A veces llamados campos de concentración en los documentos oficiales, a veces llamados corrales por los civiles y los retornados, los espacios de confinamiento reciben diferentes significados en conjunción con los textos que los elaboran. En este sentido, este artículo moviliza textualizaciones testimoniales sobre estos acontecimientos para discutir las proposiciones de sentido en las que estas palabras se enredan como formas de espacio y de los posibles contextos de vida en él; y, con ello, se establecen como heterotopías de relaciones con la sequía.

Palabras clave: campo de concentración, corral, sequía, textualidad, heterotopía.

Between enclosures and concentration camps: heterotopias of the confinement zones in textualities about the 1932 drought in Ceará

Abstract: From the migratory flows of *sertanejos* to urban centers which characterize the particular meanings of the 1932 drought, confinement zones were re-established to restrict the free transit of the afflicted. Sometimes called concentration camps in official documents, other times designated enclosures by civilians and returnees, the confinement spaces acquire different meanings in conjunction with the texts that elaborate them. In this regard, this article mobilizes testimonial texts about these events to discuss the meanings proposed in which these words become entangled as designs for the space and contexts of life possible in it. Thus, they establish themselves as heterotopias of relations with drought.

Keywords: concentration camp, enclosure, drought, textuality, heterotopia.

Em diferença aos períodos de estiagem anteriores, a seca demarcada em 1877 sagrou-se pela ruptura ao modelo de *paternalismo* em que sertanejos vertiam a força de trabalho em acesso à terra e à alimentação precária; e pela largada de amplos fluxos migratórios às capitais convocados pela promessa de empregos em obras de infraestrutura. Tenho discutido, a partir desse marco, que a presença de sertanejos em espaços urbanos nesse período convencionou-se em termos que constituem um outro vocabulário emergente das relações com a seca (Macêdo, 2024) possíveis no confronto entre os signos da urbe em modernização e os corpos dos andarilhos e pedintes que ingressavam por tais ruas.

A partir de uma incursão em elaborações testemunhais do período e com atenção às dinâmicas socioespaciais de Fortaleza, Macêdo (2024) considera que designações foram elaboradas para demarcar a despertença dos corpos migrantes ao serem nomeados de *retirantes* que também podiam ser *flagelados*, caso fossem corrompidos com as mazelas da seca e sucumbissem os valores de honestidade e honra imaginados ao *sertanejo* em práticas associadas à corrupção, à criminalidade, à imoralidade e à barbárie que sobre eles recaíam. Para livrar as ruas dessas catástrofes da seca, a Província do Ceará deslocou migrantes para áreas distantes no entorno da capital que, nomeada por *abarracamentos* (Neves, 2000), constituíam-se de zonas de aglomeração dos perfis rejeitados pela urbe.

Os abarracamentos são narrados pelo sanitarista Rodolfo Teóphilo como espaços com maior propensão à pestilência em razão da localização geográfica, como ambientes com desprovida assistência médica e social e como um lugar inseguro pois “sedutores que infestavam a deshoras aos abarracamentos prostituindo até crianças de dez anos” como denunciara Teóphilo (1922, p. 124). Contudo, justificava-se em razão dos atos de inconformidade com os preceitos morais de uma elite católica que admitia na presença de retirantes e de flagelados uma Fortaleza que “não parecia uma cidade civilizada e cristã, parecia uma *terra de bárbaros* [ênfase adicionada]” (Teóphilo, 1901, p. 80).

Nutria-se uma perspectiva de que o trabalho exercia papel moralizador e, através dele, poder-se-ia salvar as almas dos *flagelados*. Os *abarracamentos* constituíram-se, assim, como uma tecnologia germinal de dominação dos corpos: retirava os migrantes das áreas centrais e os agrupava facilitando a mobilização pra trabalhos sem remuneração precisa. O anúncio de estiagens nos períodos e a decorrente elevação de migrações, com o tempo, fez com que essa forma de controle se tornasse insuficiente para contenção dos indesejados à urbe; ao ponto que, em 1915, o Estado elabora o *Campo de Concentração* do Matadouro, em Fortaleza, em substituição ao abarracamento.

O Campo de Concentração era mais rígido no controle populacional, impedindo as pessoas de se deslocarem ao centro da capital e enviando-as aos postos de trabalho em obras de infraestrutura. Para Rodolfo Teóphilo (1982), esses eram lugares de mortes previsíveis ante às ausências de socorro por ele denunciadas. Entre os espantos do sanitarista, registrados em seus textos memoriais sobre a Seca de 1915, estava a mudança do nome: “os retirantes estiveram no Passeio Público até se preparar no Alagadiço o futuro ‘abarracamento’, o qual tomou, não sei por quê, nome de ‘campo de concentração’ e o povo batizou de ‘curral’”, registra Teóphilo (1982, p. 55) ao apontar a variedade de nomes com a qual a zona de confinamento fora nomeada.

Com as lições tomadas pelo Estado com a experiência da seca de 1915, a estiagem de 1932 e os decorrentes fluxos de migração foram acolhidos com sete campos de concentração descentralizados ao longo da malha ferroviária do Ceará. Por um lado, esta engenharia de regulação dos corpos articulada com os campos de concentração tem se discutido nesta pesquisa como um processo necropolítico; por outro, é justo notar que esta não é a única forma de nomear esta experiência e que era como *currais* que as pessoas designavam aquele espaço. Campos de concentração e currais, em suas particularidades, desnivelam o acontecimento de pretensas homogeneidades ao nos incitar a mirar o que há de heterogêneo nestas formulações que admitem tratativas distintas aos espaços e aos migrantes confinados; e, para isto, importa confrontá-las neste artigo. Isto é, em diálogo com

o filósofo Michel Foucault (2007), admitirmos que as palavras se constituem como aportes que já não designam uma ocorrência ou substancializam uma coisa, ao passo que firmam-se em significações em que o contexto de emprego deixa ver as entramações e as lógicas sociais que as fundamentam.

Entre currais e campos de concentração, tais desígnios constituem-se como parte do vocabulário emergente das relações com a seca, com os agentes em cena e com os acontecimentos em meio ao espaço-tempo da seca de 1932 no Ceará; e, ao indagá-los, encontramos pistas das relações sociais que os fundamentam. Afinal, como propõe Albuquerque Jr. (2011), as transformações sociais também se dão no nível dos enunciados e dos conceitos que, embora ligados a uma estrutura social, possuem uma lógica interna que as permeiam em um dado presente. Trata-se de um chamado de Albuquerque Jr. (2011) a retomarmos Foucault (2007) a fim de conferir as “condições de possibilidade” com as quais os desígnios da palavra tanto revelam as tensões contextuais que as fundamentam, quanto os significados que com ela se enredam ao espaço-tempo.

Com o processo necropolítico das zonas de confinamento na seca de 1932 no Ceará, configura-se uma “emergência de uma nova visibilidade e dizibilidade” nos termos de Albuquerque Jr. (2011, p. 34) que admite, com a transitoriedade das condições de possibilidades, a confecção de “novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e se dizia”. Isto é, com as medidas de cerceamento dos retirantes, é justo tomarmos as palavras curral e campo de concentração como desígnios que testemunham relações singulares com a seca e com os as lógicas de encarceramento a determinados perfis.

Para tomar notas das significações propostas às zonas de confinamento com estas palavras, realizei percursos por arquivos, hemerotecas, bibliotecas e coleções reunindo textos que se posicionam como testemunhos diante das experiências sociais com a seca. Entre os textos encontrados, opto por trabalhar prioritariamente com os escritos relatoriais do médico José Bonifácio ao descrever os campos de concentração para o Departamento Nacional de Saúde Pública ([DNSP], (1936) e com os relatos recolhidos pelo Padre João Paulo Giovanazzi (1998) com sobreviventes dos currais; além das escritas historiográficas que, em suas imersões com textos, contribuem para leituras das condições de possibilidade com as quais se dão estas textualizações.

Nesses textos, diferente de significados fixos, são como processos que as palavras podem ser vertidas em testemunhos das relações sociais com a seca e com as zonas de confinamento. Essa percepção parte do diálogo com Seligmann-Silva (2022) ao considerarmos o que há de agências nas significações às experiências; para, com isso, abandonarmos a pressuposição de uma verdade indubitável e valorizarmos o que há de performativo nas proposições de sentidos aos vividos. Nesse sentido, interpelar as palavras mobilizadas nos textos fazendo ver as afirmações que com ela se dão é, pois, um gesto para conferir as tensões que as permeiam. Assim, a partir destes textos em que firmam-se testemunhos *dos campos de concentração e dos currais, este trabalho realiza-se como* uma experimentação metodológica em textualidades como um esforço de investigar as condições de possibilidade que firmaram tais palavras; para, então, retomarmos os escritos de Foucault (2013) sobre heterotopia para pensarmos a multidimensionalidade dos espaços a partir das significações atribuídas e das relações sociais que mobilizam em cada palavra em dados contextos.

Textualidades das Espacialidades e das Heterotopias

Com os textos encontrados, somos incitados por Foucault (2007) e por Albuquerque Jr. (2011) a conferir que as palavras campo de concentração e curral são invenções, são elaborações possíveis em meio a determinadas condições de possibilidade. Para isto, torna-se imprescindível desnaturalizar os textos como dados em si mesmos a fim de “escrutiná-los” como criações que testemunham as relações sociais que o impregnam e as complexas entramações das tomadas de posição que sustentam as narrativas que com ele se elaboram, como nos orienta

Carlos Alberto de Carvalho (2016) ao nos chamar atenção para as textualidades como este arranjo contextual e político em que significações e materialidades midiáticas são forjadas. Tomo *texto*, nesta direção, segundo os propostos por Bruno Leal (2018) ao fundamentá-los como articulações das textualidades em que os contextos e as agências exercidas tornam-se visíveis; em detrimento de estruturas verborrágicas, urgem como elaborações com as quais significações podem ser manejadas sem uma necessária presunção da forma – ainda que esta importe nas experiências com os textos.

Os apontamentos realizados por Carvalho (2016) e por Leal (2018) são possíveis a partir das proposições semióticas do espanhol Gonzalo Abril (2007) que, no centro de sua formulação, problematiza a impossibilidade de estabilização dos significados ao considerar que os textos dão-se a ver como produções políticas, como elaborações circunscritas por tensões e conflitualidades em que os sentidos a determinadas palavras podem fazer-se movediços. Por isso, questionar o texto ante os contextos que o fundamentam é um gesto para conferir as parciais com as quais determinadas formulações se exercem como tomadas de posição; e, com isto, deslocar os testemunhos históricos dos textos em estudo do lugar “canônico” para tomá-los como “operações de poder” como nos propõe Abril (2007, p. 26).

Assim, ao tomar notas das articulações de sentidos atribuídas aos currais e ao campo de concentração nos textos, questionar as textualidades que aparam tais desígnios é um gesto para conferir as condições de possibilidades em que o poder de nomear os espaços e de significar as relações sociais com a seca e com o confinamento dão-se a ver. Estas significações, por sua vez, não são definitivas; e tampouco busca-se aqui, confirmar o que foram as zonas de confinamento. Os marcos semióticos propostos por Gonzalo Abril (2007) firmam-se em rupturas aos esforços para delimitar significados únicos e, por outra via, nos incita a encontramos, com os textos e com as palavras, imagens dos espaços e das relações cotidianas talhadas com a textualização. Imagens, em diálogo com Abril (2007, p. 18), não se fixam a suportes tecnológicos e admitem as relações com o imaginário como modos de ver em que as visualidades podem tomar formas em, por exemplo, palavras. Assim, currais e campo de concentração corroboram para imagens distintas que, com os textos, revelam contornos peculiares às zonas de confinamento como uma espacialidade em disputa.

A instabilidade dos espaços ante às imagens diversas que com ele se inscrevem tem se constituído como parte das reflexões de Albuquerque Jr. (2011, p. 33) que, ao pensar a invenção do Nordeste, identifica a espacialidade como um processo em que “as percepções espaciais que habitam o campo da linguagem se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui”. Isto é, em detrimento de uma determinação homogênea ao espaço a partir de informações topográficas, as relações sociais e as dinâmicas de significação encontram-se conferindo as espacialidades em “camadas” que se perfazem com o tempo. Estas camadas que estratificam a espacialidade, perceptíveis no exercício de Albuquerque Jr. (2011), são possíveis a partir de uma admissão heterotópica.

Discutida por Foucault (2013, p. 115), as heterotopias são “espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas”. Se considerarmos que o lugar é uma significação ao espaço, as heterotopias constituem-se como uma condição de diferença e de multiplicidade ante ao normatizado; ganhando formas a partir dos usos sociais e dos desígnios, tornando-se “efetivamente localizáveis” como lugares embora estejam “fora de todos os lugares”, como propõe Foucault (2013, p. 115). Assim, é possível admiti-las com

o papel de criar um espaço de ilusão, que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real, todas as alocações no interior das quais a vida humana é compartimentada . . . ou então, ao contrário, o papel das heterotopias é criar um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem arranjado quanto o nosso é desordenado, mal disposto e bagunçado. (p. 120)

É nesse sentido que, ao questionar as palavras e os textos a fim de mirar imagens dos currais e dos campos de concentração, estas afirmações se admitem heterotópicas ao firmarem-se como textualizações em que diferentes significações ao espaço coabitam e com elas se modelam. Para esse exercício metodológico em textualidades importa, então, consideramos as premissas de Foucault (2013, p. 115) ao nos demandar uma “descrição sistemática que teria por objeto, em uma sociedade determinada, o estudo, a análise, a descrição, a leitura . . . desses espaços diferentes”. Assim, com as textualizações em torno de experiências em 1932, busca-se uma mirada contextual a fim de mirar as qualidades com as quais alocações distintas entremeadas com as palavras se montam em meio às espacialidades das zonas de confinamento.

Como um exercício metodológico que parte das textualidades, é justo notar a existência de, pelo menos, duas dimensões: a da escrita e da leitura como propõe Carvalho (2016). Na primeira, as heterotopias as zonas de confinamento são talhadas a partir da agência de quem as designa para dizer das experiências de 1932 em diferentes textos – como temos discutido até aqui. Na segunda, são com as miradas semióticas que me são possíveis em meio a um processo de pesquisa ao envolver-me com os textos que componho imagens das heterotopias a partir dos contornos em que tais palavras se adornam, dos contextos políticos que as situam e dos repertórios – perenes e incompletos – que me são sensíveis.

É sob as agências do pesquisador inerentes a esta segunda dimensão que os textos e as palavras, mobilizadas ao longo deste artigo, tornam-se instáveis na medida em que os gestos de pesquisa confluem como atos que tensionam e inclinam as percepções discutidas. Por isso, importa aqui não só assumir essa premissa, mas destacar esse exercício como uma experimentação em “redes textuais” a partir das proposições de Abril (2007) que nos incita a considerar que todo texto constitui redes dinâmicas a partir das práticas que o convocam. Assim, ainda que tome os testemunhos de Bonifácio (DNSP, 1926) e de sobreviventes (Giovanazzi, 1998) como textos fundamentais, admite-se a possibilidade de estabelecer conexões com outros textos configurando a rede textual possível com a leitura. Isto é, em diálogo com Leal (2018), ponderar que as imagens das zonas de confinamento não se estabilizam nos signos que as convencionam nestes textos e que podem integrar-se à outros textos ampliando as relações simbólicas.

Em ambos os casos, no desígnio e na leitura dos textos e das palavras, as agências discutidas por Abril (2007, pp. 24-25) desloca-nos de “operadores vazios que codificam e decodificam” para nos afirmarmos como “sujeitos comunicativamente competentes”. É nessa dupla dimensão da textualização, valorizando as escritas e as leituras em meio a uma experimentação metodológica que alia-se as proposições reunidas por Bruno Martins et al. (2019), que este trabalho volta-se em relações com os textos a fim de questionar as palavras e de mirar as imagens das zonas de confinamento a fim de conferir os testemunhos com as quais os desígnios dos currais e dos campos de concentração se demarcam heterotópicos.

Testemunhando Palavras, Mirando Heterotopias

As migrações não eram uma exclusividade dos períodos de mais severas estiagens; embora nela se intensificassem. Assim, com o abrandamento da seca de 1915 e o desmonte do Campo de Concentração do Matadouro em 1916, retirantes e colonos seguiram realizando fluxos migratórios em menor escala nos anos seguintes. Para lidar com esses públicos, a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) fora incumbida de gerenciar estes públicos ao chegarem em Fortaleza: com a chegada no porto, os colonos eram enviados por navios para colonização da Amazônia; enquanto os retirantes eram enviados aos postos de trabalhos das obras de infraestrutura gerenciadas pelo Ifocs ao longo do Estado.

Com o trabalho dos retirantes, a Estrada de Ferro de Baturité (EFB) alcançou a cidade do Crato e a Estrada de Ferro de Sobral (EFS) chegou a Ipu ainda na década de 20; figurando-se como, respectivamente, as principais via de deslocamento da capital ao sul e ao oeste do Estado. Naquele período, também se realizavam obras de açudagem a fim de ampliar as perspectivas de permanência nos sertões

em períodos de seca. A amplitude malha ferroviária e a paralisação de obras são, para o historiador Frederico Neves (2000), condições que incitaram deslocamentos dos sertanejos. A esperança pelo retorno das obras paralisadas de açudagem continuou mobilizando sertanejos ao longo dos anos a migrarem para as cidades com possíveis postos de trabalho e, com a estiagem na década de 1930, esse fluxo se intensificou até colapsar os centros urbanos regionais em 1932 com multidões de *flagelados* nas vias públicas.

Ao debruçar-se em pesquisa com as publicações impressas, a historiadora Kênia Rios (2014) observa as confluências de sentidos atribuídos à migração de sertanejos que, por sua vez, é tida como uma catástrofe iminente para a vida urbana em detrimento do problema social de injustiça hídrica que a muitos assolavam. As manchetes em 1932 anunciavam no *Correio da Manhã* de 6 de abril que “O exército sinistro dos esfomeados marcha pelas estradas em demanda de Fortaleza”; e no jornal *O Povo* de 13 daquele mês que “Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta capital”. Em produções de circulação local e nacional, as narrativas confluíam em imagens em que os pobres enfeiam as cidades e eram sustentáculos para que os ricos da capital não medissem esforços para tirá-los dali, uma vez que a presença de corpos negros e sedentos ameaçavam o projeto de “modernização” e de “embelezamento” (Rios, 2014, p. 30) de uma Fortaleza que mirava-se ao progresso.

As publicações também levantam questões para Neves (2000) ao discutir em tese doutoral as relações sociais entre populações urbanas e retirantes neste período e, para ele, as narrativas jornalísticas assuntam a desconfiança como método para lidar com multidões pobres e defendem que o cenário político era favorável para ampliação de medidas de controle social. A chegada de retirantes em Fortaleza constituiu-se como um problema a ser resolvido não pelas vias do acesso à dignidade, mas pela intervenção policial e pelo encarceramento dos miseráveis. Afinal, assim como nos anos anteriores discutidos por Macêdo (2024), a presença dos retirantes eram mobilizada em imagens associadas à miséria e à barbárie, como as narradas por José Bonifácio (DNSP, 1936, p. 130) ao propor que “torturados pela fome e pela sede, vão se infiltrando pelos povoamentos e cidades, dando-lhes um ar de miséria pela quantidade enorme de maltrapilhos e pedintes”.

O gaúcho José Bonifácio, na qualidade de médico sanitário, atuava em 1932 junto ao DNSP como um dos formuladores dos “serviços sanitários para organização de assistência aos flagelados em estados atingidos pela seca”, segundo o historiador Cristiano Brum (2013, p. 120). Para além do desígnio dessa comissão, Getúlio Vargas decretou que a Rede de Viação Cearense ficaria a cargo do Ministério de Viação (*Decreto-Lei nº 21.182, 1932*) retirando-a da alçada do Ifocs, que passaria a cuidar das ações emergenciais contra a seca. Assim, o Estado mobilizou as expertises do DNSP para planejamento dos cuidados a serem ofertados nas zonas de confinamento, enquanto constituiu com a gerência ministerial das malhas ferroviárias os aportes para ampliação das punições aos retirantes e delegou à Inspeção a gerência das zonas de confinamento – tomadas como a principal medida para lidar com os flagelos da seca. Estas são, pois, pistas para tatearmos o processo necropolítico que envolvem a atuação do Estado com os campos de concentração.

É neste contexto que o Estado retoma as experiências com o Matadouro para realizar novos campos de concentração para isolamento destes perfis e para requisição de força produtiva para dar vazão aos projetos e obras públicas. O trabalho, tido como um ato civilizacional, embasou a justificativa governamental para delegar ao Ifocs a responsabilidade de “gerenciar” os retirantes como relata José Bonifácio (DNSP, 1936, p. 130) ao percorrer postos de trabalhos, obras em andamento e espaços de confinamento para atestar que estes espaços os livrariam de uma “verdadeira hecatombe pela fome”.

Foram realizados 40 postos de trabalhos nos estados do Norte Oriental, segundo o Relatório do Departamento Nacional de Saúde Pública (1936); contudo, apenas no Ceará constava de campos de concentração que abrigariam a população improdutivo

ou em aguardo de chamados ao trabalho. A medida é justificada nos escritos de Bonifácio ao propor que

. . . No Ceará, porém, apesar da marcha dos trabalhos iniciados em açudes e rodovias que absorveu um numero consideravel desses infelizes, muitos sobraram ainda, constituindo um aspéto sério do problema a resolver. Deante do numero de pessôas a socorrer e da grande area em que se achavam espalhados, o que tornava mais complexo o problema a Inspecoria não teve outra solução sinão acumular esses flagelados em acampamentos a que deu o nome de ‘Campo de Concentração’. (DNSP, 1936, p. 133)

Gerenciados pela Inspecoria em aspecto regional, os campos de concentração contavam com aporte do Departamento das Secas, criado em aspecto local (*Decreto nº 566*, 1932) a fim de operacionalizar as incumbências atribuídas ao Estado do Ceará e viabilizar os planos desenvolvidos em conjunto com o órgão federal. Os campos de concentração foram designados, assim, como entrepostos geridos pelo Estado que funcionavam como reserva de recursos humanos, impedindo retirantes de deslocarem-se pelas cidades, manejando a força de trabalho dos confinados e mantendo-os no sertão a fim de voltarem a trabalhar nas lavouras com o retorno do período chuvoso.

Os campos de concentração, neste sentido, constituíram-se como uma medida para fixar sertanejos nos sertões e para expurgar os *retirantes* das vias em progresso de Fortaleza, como nos lembra Neves (2000) ao investigar os bastidores políticos de emergência dos campos de concentração e tomá-los como respostas aos pedidos das elites ao governo Vargas. Assim, o Estado livrou a experiência dos ricos com as chagas da miséria e, ao isolá-la, concretizou lugares de aprisionamento de sertanejos e frentes de trabalho em regime análogo à escravidão. Diferente dos ocorridos em 1915 ao experienciar o Matadouro em Fortaleza, os campos de concentração dirigidos pelo Interventor Cap. Carneiro de Mendonça foram descentralizados ao longo da malha férrea sob a justificativa de

atender com eficiencia os serviços de socorro aos flagellados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e a tranquilidade publicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providencia. Tratou o governo de concentrar os flagelados em pontos diversos, afim de socorrelos com eficiencia e no tempo oportuno. (Ceará, 1936)

Entre os lugares, estão os que ficaram conhecidos como Campo do Otávio Bonfim e Campo do Urubu que, distantes do centro e localizados nas imediações de Fortaleza, aglomeravam os que conseguiram chegar a uma das extremidades do percurso do trem: o litoral. As demais estavam distribuídas ao longo das rotas de viação, impedindo que os *retirantes* concluíssem a jornada ao porto da capital ou às ruas largas das cidades-polo. Pela EFS, o Campo de Ipu delimitava o ingresso em Sobral. Pela EFB, o Campo do Burity inibia o acesso ao Crato e à Juazeiro do Norte; o Campo de Caryus controlava o fluxo em Iguatu; o Campo de Quixeramobim limitava a população ocupante de Quixadá; e o campo do Patu afastava os que chegavam em Senador Pompeu.

A partir dos testemunhos de José Bonifácio para o Departamento Nacional de Saúde Pública (1936), os campos de concentração são designados como locais de aglomeração de retirantes que dispõem de “postos médicos, cozinha, barbearia, casebres separados por família”. Cada Posto deveria, pela normativa do DNSP (1936, p. 28), abrigar pelo menos “um médico, enfermeiros em numero de conformidade com a importancia do serviço, um guarda sanitario, um escrivuario, serventes, emfim o pessôal que se torne necessario para a bôa. execução dos serviços médicos”. Ao médico, incumbido de autoridade gerencial, era proibido sair dos campos de concentração.

Entre os visitados, está o Campo do Patu, em Senador Pompeu. Nessas imediações, Bonifácio (DNSP, 1936) aponta que os confinados receberam vacinas antivariólicas e anti-tifo-desintéricas. Ali, os flagelados tornam-se “operários” e são alimentados

com “carne, farinha, sal, feijão e toucinho” além de “rapadura” e “xarque” para adultos e de “leite condensado” para “nutrir as crianças” podendo, assim, abandonar a alimentação com plantas inapropriadas como “mucunã, macambira e xique-xique” que já produziam problemas clínicos desde a seca de 1915, como observara Teófilo (1982) e ressaltaram os médicos da comissão.

Neste campo de concentração, Bonifácio nota a ausência de hospital – que, segundo o projeto dos campos, era item necessário. Segundo consta em relatório (DNSP, 1936, p. 63), o Departamento da Seca argumentava que “era um campo de concentração onde em geral pouco permaneciam os flagelados que via de regra eram enviados para os locais de trabalho, açudes, estrada de rodagem, reflorestamento, etc.. não havia necessidade de hospital”, o que discordava a comissão de médicos ao mirar na ausência e

na aglomeração que se permitiam, e onde a mais intensa promiscuidade, com absoluta falta de higiene, ou de noções as mais primitivas de vida, eram indescritíveis, e para onde afluíram em multidão de todos os pontos do Estado, no auge de flagelo . . . Por isso, depois da inspeção ali realizada, salientamos a necessidade de hospitalizar os doentes infecciosos existentes e que não eram poucos, para o que pedimos, se não a construção de um hospital, ao menos a adaptação de um dos predios existentes. (DNSP, 1936, p. 63)

A alta taxa de mortalidade identificada nos campos de concentração são justificadas pela precariedade das práticas de higiene e de assepsia dos retirantes, pelas quais Bonifácio afirma estar “seguro de que o Brasil necessita, principalmente, de recursos financeiros para enfrentar uma campanha séria e ritmada de educação sanitária” (DNSP, 1936, p. 39). Em que pese a ausência de Hospital, são nas precariedades da higiene praticada pelos retirantes que aponta-se o cerne do problema. De modo que, como papel civilizador, identifica-se que o campo de concentração do Patu poderia contribuir com a educação sanitária desses perfis flagelados – tomando como exemplos os Hospitais realizados em cidades do Rio Grande do Norte e da Paraíba visitados pela comissão.

O campo de concentração é testemunhado como um esforço humanitário em que o Governo “soube cumprir o dever de prover recursos às zonas assoladas pela seca e, ao mesmo tempo, iniciar obras que, de futuro próximo, possam libertar milhares de brasileiros da calamidade periódica da seca e engrandecer o país” (DNSP, 1936). Com essas medidas, Bonifácio aponta que o “governo socorreu com acerto aos flagelados do nordeste, dentro de um plano de trabalho, que em futuro próximo libertará o Brasil das consequências funestas dos períodos de estiagem prolongada” (DNSP, 1936, p. 39).

Eram como currais que as zonas de confinamento ganhavam formas nos imaginários produzidos a partir das relações com as secas e com estas locações. O termo remonta os espaços alocados aos sertões em que se destinavam rebanhos de gados, alimentados e assassinados para criar condições de vida – a partir da alimentação e do trabalho – aos humanos, como discute o economista Djacir Menezes (2018) ao pesquisar as dinâmicas em torno das sociabilidades dos vaqueiros e da cultura do couro e do charqueado no Ceará.

Com o termo flagelado, investigado por Macêdo (2024), designava-se as mazelas da seca a partir da corrupção dos valores morais que convencionavam imaginários dos sertanejos, destituindo-lhes a humanidade e convencionando-os em associações bestiais a fim de demarcar nos retirantes um tipo outro, um tipo não humano. É figurando o cerceamento dos perfis tidos como animais que, desde 1915, o uso do termo *curral* aparece para designar zonas de confinamento como destaca Neves (1995) ao discutir as premissas morais com os quais os cidadãos miravam os flagelados. Retomando o imaginário do Campo do Matadouro de 1915, a associação como depósitos para cercear os sertanejos incivilizados que ousavam adentrar à capital elaborou-se em torno desígnio curral dos bárbaros para estabelecer uma alocação aos perfis indignos à Fortaleza.

Em nomeações de circulação social, o termo curral surge nos documentos manejados por Neves (1995, p. 99) como um esforço para inibir o “furto e a prostituição, na certeza de que a fome é um campo propício para o desenvolvimento de perversões éticas de todo tipo” e para controlar os “sentimentos atávicos do homem quando se avizinha da animalidade”. Um testemunho importante dessa perspectiva estão nos escritos memorialísticos do engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho (1982, pp. 24-25) que, filho da aristocracia cearense e herdeiro do legado Político de Senador Pompeu, toma que os flagelos da seca promovem “intoxicações da ideia”, provocam “extraordinária ferocidade ou sordido egoísmo” e acentuam “as psychoses tropicais, que também agravam pelas modificações provenientes de um estado de anemia excessiva” para fundamentar marcas deste tipo outro a quem o *curral* deveria cercear e a cidade deveria inibir.

Ainda que apontamentos ao *curral dos bárbaros* sigam vigorando em 1932, outras perspectivas tornam-se sensíveis quando consideramos estes espaços não apenas pelos olhares dos perfis civilizados, mas também a partir dos testemunhos daqueles e daquelas que sobreviveram. Um aporte importante para isto é o livro *Migalhas do Sertão* em que o Padre João Paulo Giovanazzi (1998) registra narrativas das experiências sensíveis de confinados no Campo do Patu. Nesses testemunhos, o que se nota é o peso do tratamento desumano contra concentrados e as marcas sensíveis ao sobreviverem ao curral rejeitando as alcunhas animais que contra eles se impunham.

Os testemunhos apontam o curral como um espaço mortífero em que o trabalho excessivo, a ausência de socorros aos adoecidos, a alimentação precária e a impossibilidade de experienciar o luto. Isto é, para além de uma dimensão biológica em que a vida sucumbia, em dimensões sociais em que lhes negavam as condições de possibilidade admitidas aos homens libertos – o que também se exerce como uma forma de produzir morte. Mais do que a limpeza social ao expurgar os *retirantes* das ruas das cidades, habitar o curral conferia-se em testemunhos de uma experiência de morte cotidiana da condição humana como uma imposição pelos ornamentos de poder que o sustentam. Não à toa, é como *curral do governo* que os confinados nomeavam esse espaço.

Ainda que se ateste a disposição de alimentos e de moradia em troca de trabalho nos campos de concentração narrados por José Bonifácio (1936), o que se testemunha pelo sobrevivente Eliseu Fernandes é a alimentação “muito grosseira, feijão preto, farinha, massa, que provocava doença no povo” e o descaso com os confinados: “tudo era à toa. Não existia higiene, a água do rio que a gente bebia era contaminada, por isso aconteceu a epidemia” (Giovanazzi, 1998, p. 12). Nisto, o que dá-se a ver é que a falta de higiene não era uma condição incivilizada ou por falta de educação dos confinados como apontava Bonifácio (DNSP, 1936), mas um resultado das condições precárias de vivência neste espaço.

A epidemia referida por Eliseu Fernandes é referente à varíola, uma das enfermidades com maior ocorrência nos campos. Segundo Afonso Ligório do Nascimento, em testemunho acolhido por Giovanazzi (1998, p. 13), essa foi uma epidemia severa em que “faleciam de trinta a quarenta pessoas a cada dia, ninguém podendo sair do lugar da barragem”. Nesse ritmo, normalizou-se valas coletivas que não se descrevem nos documentos oficiais do período e que são narradas por Félix Aristides da Silva ao confessar que “no lugar do atual Cemitério da barragem precisava escavar valetas e enche-las de mortos. À noite, cobriam-se os mortos e se iniciava a escavar novas valetas” e partilhar seus assombros com os “muitos gritos e lamentações, consequências da dor sentida pelo povo, e o pior é que não havia doutor. Em torno da barragem, os guardas impediam a cada pessoa de sair” (Giovanazzi, 1998, p. 17),

Felix, Afonso e Eliseu testemunham que suas condições de vida, cerceadas nos *currais do governo*, não estavam amparadas pelo Ifocs e admitem que a ausência de socorros e a impossibilidade de abandonar aquelas locações responsabiliza o Estado pelas mortes que ocorriam em razão da insalubridade da (sobre)vida ali possível. Seja no trabalho cotidiano que naturalizou enterrar montes de corpos em valas coletivas narrados por Eliseu (Giovanazzi, 1998, p. 12), seja nos apontamentos

de Afonso que, ao partilhar o enterro da minha irmã mais velha “jogada numa valeta e coberta com terra”, denuncia que “ninguém tomava nota dos nomes deles; quase não eram considerados pessoas e cristãos” (Giovanazzi, 1998, p. 13); são as marcas de desumanização a que eram submetidos no curral do governo e que pelos confinados era rejeitada que dá-se a ver.

Ir aos lugares em que se descartavam os corpos demandava coragem e, para Zacarias Benevides de Carvalho, confrontar aquelas cenas lhe pedia “um coração forte para suportar e ver aquele clamor” Era o “choro do povo”, descreve para Giovanazzi (1998, p. 22) ao perceber-se impotente diante das lágrimas das “mães de famílias [que] choravam como crianças com medo da morte e vendo a família se acabando sem poder dar jeito”. Já para Mauro Antônio, esta era uma imagem comum no curral: “quando era de madrugada, ninguém podia dormir em casa por causa do choro, dos gritos e das lamentações das pessoas que começavam a levar seus mortos para o cemitério” (Giovanazzi, 1998, p. 24).

Com esses apontamentos sobre o curral do governo, diferente das proposições de Sobrinho (1982) e dos apontamentos enunciados por Neves (1995) tomando as zonas de confinamento como curral dos bárbaros para expressarem uma angulação das oligarquias às zonas de confinamento e aos perfis nela reclusos, os testemunhos de sobreviventes figuram o curral como uma denúncia das condições precárias a que foram submetidos ao serem legados à morte e sem condições de saírem daquela (sobre)vida. Isto é, o que fazem Felix, Afonso, Eliseu, Zacarias e Mauro ao designar o curral como uma ação do governo é apontar a desumanidade de quem buscava salvação e progresso confinando-os ao padecimento.

Multidimensionalidades das Zonas de Confinamento

O campo de concentração, paramentado no relatório de Bonifácio e nos documentos produzidos pelo Estado, é um espaço erguido para salvação dos flagelados ante ao amparo com moradia, alimentação e serviços de saúde que os livrariam dos males atribuídos à seca; além de chamados ao trabalho que, por sua vez, era tido como um ato civilizacional. O curral do governo, denunciado nos testemunhos descritos por Giovanazzi (1998), é um espaço de repressão em que os retirantes percebem-se entregues à morte ante a ausência das condições básicas de (sobre)vivência; e, nisto, diferencia-se do curral dos bárbaros evidenciado por Neves (1995) que, por sua vez, é uma formulação dos civis para dizer de um espaço ocupado perfis incivilizados a praticarem ações tidas como animais.

As zonas de confinamento, a partir destes desígnios, conferem-se como uma espacialidade multifacetada em que coabitam diferentes imagens e pelas quais admitem-se composições de sentido deveras peculiares tanto para dizer do espaço, quanto das relações sociais que ali ocorriam. Como heterotopias, estas imagens dos espaços não se anulam; pois, como antevira Foucault (2013, p. 115), os espaços são “carregados de qualidades” que são sensíveis de modos particulares a quem com eles se enreda.

Essas imagens heterotópicas confluem em meio às dinâmicas sociais em processos conflituos; sendo, a operação destas palavras – ou de outros termos –, uma demarcação que convoca para visualidade destas espacialidades, que nos chama a imaginar a vida possível nos currais e nos campos de concentração. Com essas palavras, “o espaço se apresenta a nós sob a forma de relações entre alocações” que, para Foucault (2013, p. 114), evidencia o lugar de importância que o espaço tem ocupado a partir da condição instável ante ao relacional que o tensiona. Indagar essas palavras em meio aos textos e conferir as qualidades das zonas de confinamento a partir das imagens com elas possíveis é, pois, um gesto de diálogo com os escritos de Albuquerque Jr. (2011, p. 35), que nos chama a “tomar as relações espaciais como relações políticas” para convencionar que as nomeações atribuídas ao espaço revelam, pois, as disputas que nele se abrigam.

A partir dos textos, as imagens possíveis com as palavras se perfazem em processos relacionais e não se enclausura na enunciação de sujeitos individuais – independente da ação que exercem em meio às textualizações. Sejam nos processos de escrita

que entramam os textos em estudos, seja em meu labor de leitura, esta trama relacional nos posiciona como sujeitos copartícipes na elaboração dessas imagens e na partilha heterotópicas dos espaços instituídos a partir dos modos de ver ao acontecimento que emergem nesse encontro. É neste sentido, então, que estes currais e campos de concentração firmam-se como tomadas de posição em que angulam-se perspectivas às zonas de confinamento e, com isto, manejando heterotopias com o espaço.

Há, pois, uma multidimensionalidade das zonas de confinamento tanto no que diz respeito às espacialidades, quanto às relações frente ao acontecimento que com elas se instaura. Com a nomeação, não é apenas um lugar que dá-se a ver; em conjunto, são ações e lógicas sociais que enredam-se animando o espaço e conferindo dimensões heterotópicas ao lugar. Por isso, assim como fazem Bruno Leal e Daniel Macêdo (2023) ao chamar-nos a “dar fé” das diferentes percepções que coabitam os espaços, importa mirar nas lógicas de convivialidade uma forma de animar as relações heterotópicas que instituem currais e campos de concentração – como temos discutido até aqui.

Essa multidimensionalidade, a partir das heterotopias, demanda considerar também as relações com o tempo. Afinal, para Foucault (2013), heterocronia é uma condição para heterotopia e importa, então, reconhecer que cada nomeação convencionada uma relação distinta com as temporalidades. Partimos de uma noção partilhada por Macêdo (2024) que os flagelados eram tidos como insubordinados e, por isso, pertencentes a um tempo outro marcado pela incivilidade. Nos campos de concentração, afirma-se um esforço para tornar contemporâneo o homem maculado pela seca; já nos currais dos bárbaros, o que se demarca é a incompatibilidade de pertencimento ao mesmo tempo ante à condição animalésca; enquanto nos currais do governo era a coetaneidade que se evidenciava a partir da denúncia do descaso com as vidas que ali padeciam em detrimento das que podiam gozar de liberdade.

Essas três lógicas temporais que se entramam com as heterotopias também fundamentam-se em multidimensionalidades em relação ao tempo se, como Koselleck (2014), considerarmos que cada uma delas configura-se como um estrato de tempo se entrama com as palavras. A heterocronia, aqui, diz respeito às qualidades particulares da relação com o tempo que convencionam-se em conjunto com os modos outros de conferir as espacialidades a partir das heterotopias; e, nesse sentido, cada uma dessas formulações pode ser pensada como uma “catástrofe do tempo” (Manna & Lage, 2019) ante a linearização histórica.

Observar essas dimensões de multidimensionalidades do espaço-tempo a partir das palavras é, pois, uma forma de complexificar as percepções ao acontecimento a partir das proposições singulares que se enredam em cada nomeação e das imagens que com elas emergem. O esforço desta pesquisa tem se orientado, assim como os escritos de Albuquerque Jr. (2011, p. 34), a discutir que as palavras como invenções “não apenas representam o real, mas instituem reais” que coabitam em tensões que configura a mobilidade das multidimensionalidades do espaço-tempo e dos acontecimentos.

Notas Entre Currais e Campos de Concentração

Cada uma delas revela perspectivas que as conjura; pois, em suas dimensões heterotópicas, “tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade” como propõe Foucault (2013, p. 117) sem furtar-se a reconhecer que, “a mesma heterotopia pode, segundo a sincronia da cultura em que se encontra, ter um funcionamento ou outro”. Este último apontamento demanda reconhecermos dois pontos referentes às textualizações: no primeiro, referente às escritas possíveis em 1932, essas palavras podem surgir como desígnios de imagens distintas e, com isso, cabe cuidado para não recair em homogeneizações das significações dos termos; no segundo, no que diz respeito às leituras desses textos e na escrita das palavras em outros contextos no espaço-tempo, reconhecemos que outros significados são possíveis como expressão das condições ao modo de se mirar ao acontecimento em tela.

Ainda que as mesmas palavras designem heterotopias diferentes em razão do contexto em que foram textualizadas, não se anulam; e, por sua vez, evidenciam a potência incontrolável que reside nas significações das espacialidades. Podemos, em diálogo como Foucault (2013, p. 118), admitir que a “heterotopia tem o poder de justapor em um único lugar real vários espaços, várias alocações que são em si mesmas incompatíveis” e, neste coabitar, também as palavras podem abrigar distinções às percepções que se nutrem ao espaço.

Importa notar que currais e campos de concentração são termos que seguiram em adoção em outros contextos históricos e em outras produções midiáticas remodelando, assim, as qualidades com as quais tais desígnios se exercem. Por isso, diferente de tentar conter uma explicação uniforme aos termos, este estudo se propôs a mirar as imagens possíveis com tais desígnios a partir de testemunhos situados; para, com eles, conferir as qualidades heterotópicas que se apontam às zonas de confinamento a partir de tais perspectivas.

Questionar tais termos a partir das tensões testemunhadas sobre as zonas de confinamento em 1932 é, aqui, tomar notas das significações elaboradas aos espaços com estas palavras e tomá-las como referentes para, em outras textualizações realizadas em outros contextos, narrar as zonas de confinamento. Trata-se de admitirmos que as proposições aos campos de concentração e aos currais em diferentes textos, em que pesem suas angulações contextuais, a elas não se isolam e articulam-se em dimensões históricas em que tais termos estão enredados por referentes que os permeiam de modos indiretos, de modos imprecisos a depender das relações de adesão e de ruptura que se praticam com os usos sociais das palavras.

Mirar os termos a partir de suas enunciações em 1932 por meio de testemunhos é, para além de conferir uma significação possível às espacialidades das zonas de confinamento a partir desses textos e das palavras designadas, um esforço para criar condições de conferirmos a historicidade de tais termos. Se importa reconhecer que os significados atribuídos aos termos não os engessam e que as palavras praticam movimentos no tempo permitindo serem remodeladas, importa também considerarmos que as significações propostas em diferentes textualizações tanto revelam as disputas de sentidos, quanto nos permitem mirar a historicidade e os deslocamentos que das significações das palavras quando enredadas com tais referentes – o que pretende-se fazer em trabalhos vindouros.

Referências

Abril, G. (2007). *Análisis crítico de textos visuales*. Editorial Síntesis.

Brum, C. (2013). *O interventor da saúde: trajetória e pensamento médico de Bonifácio Costa e sua atuação no Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4656>

Carvalho, C. A. (2016). As mídias como metáforas narrativas: apontamentos sobre a necessidade metodológica de não desprezar as textualidades. In C. Moura & M. I. V. Lopes (Orgs.), *Pesquisa em comunicação: Metodologias e práticas acadêmicas* (pp. 257-276). Ed. PUCRS.

Ceará. (1936). *Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da República pelo Interventor Federal Cap. Roberto Carneiro de Mendonça*. Estado do Ceará.

Decreto nº 566 de 14 de abril de 1932. (1932, 14 de abril). Estado do Ceará.

Decreto-Lei nº 21.182, de 21 de março de 1932. (1932, 23 de março). Institui a carteira profissional. Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html>

- Departamento Nacional de Saúde Pública. (1936). *Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste*. Heitor, Ribeiro e Cia.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). De espaços outros. *Estudos Avançados*, 27(79), 113-122. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008>
- Giovanazzi, J. P. (1998). *Migalhas do sertão*. La Reclame.
- Koselleck, R. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Ed. PUC Rio.
- Leal, B. (2018). Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In B. Leal, C. A. Carvalho & G. Alzamora (Orgs.), *Textualidades midiáticas* (pp. 17-34). Selo PPGCom UFMG.
- Leal, B., & Macêdo, D. (2023). “Dar fé” à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos. *E-compós*, 27, 1-16. <https://doi.org/10.30962/ec.2680>
- Macêdo, D. (2024). Entre retirantes e flagelados: palavras e significações dos sertanejos migrantes em testemunhos da seca de 1877 no Ceará. *Dispositiva*, 13(24).
- Manna, N., & Lage, I. (2019). Uma “catástrofe do tempo”: narrativa e historicidade pelas Vozes de Tchernóbil. *Galáxia*, (spe1), 34-46. <https://doi.org/10.1590/1982-25542019441740>
- Martins, B., Moura, M. A., Pessoa, S. C., & Vianna, G. M. (Orgs.). (2019). *Experiências metodológicas em textualidades midiáticas*. Relicário.
- Menezes, D. (2018). *O outro Nordeste: formação social do Nordeste pastoril*. Expressão Gráfica.
- Neves, F. (1995). Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, 15(29), 93-122.
- Neves, F. (2000). *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Relume Dumará.
- Rios, K. (2014). *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Imprensa Universitária.
- Seligmann-Silva, M. (2022). *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. EdUnicamp.
- Sobrinho, T. P. (1982). *História das Secas (século XX)*. Coleção Mossoroense.
- Teóphilo, R. (1901). *Seccas do Ceará (século XIX)*. Ed. Minerva.
- Teóphilo, R. (1922). *História das Seccas do Ceará (1877-1880)*. Imprensa Inglesa.
- Teóphilo, R. (1982). *A Seca de 1915*. Ed. UFC.